



A expansão de cursos de graduação a distância na Universidade Federal do Pará, no período de 2007-2017

The expansion of distance undergraduate courses at the Federal University of Pará, in the period of 2007-2017

La expansión de los pregrados a distancia en la Universidad Federal de Pará, en el periodo 2007-2017

Maria Edilene da Silva Ribeiro¹

Eliomar Nascimento da Silva²

Resumo

O artigo intitulado "A expansão de cursos de graduação a distância na Universidade Federal do Pará, no período de 2007-2017" teve como objetivo analisar a expansão dos cursos de graduação a distância na UFPA, com destaque para o Curso de Licenciatura em Matemática, no período 2007 a 2017. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso. Autores como Malanchen (2007, 2015), Giolo (2010), Machado (2006), Castro (2005, 2009), entre outros contribuíram para o arcabouço teórico que fundamentou a análise documental. Nas considerações finais ressalta-se que a oferta de cursos EaD segue a lógica neoliberal impregnada na reforma do Estado brasileiro e na Educação Superior. Como resultado, a pesquisa mostrou que a Educação a Distância na UFPA apresenta características semelhantes a observada no cenário nacional, com tendência a ampliação do acesso, sem garantia da permanência e com alto índice de evasão, levando-nos a acreditar que esta modalidade de ensino ainda está distante de se apresentar como alternativa capaz de promover a democratização do ensino superior na região.

Palavras-chave: Expansão. Educação a Distância. Formação de Professores. Democratização.

¹ Doutora em Educação, Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa nº 0, Guamá, Belém, PA, CEP: 66075-110. E-mail: mariaedileneribeiro@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8605-9406>

² Mestre em Educação, Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa nº 0, Guamá, Belém, PA, CEP: 66075-110. E-mail: eliomarn@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0524-427X>





Abstract

The article entitled “The expansion of distance undergraduate courses at the Federal University of Pará, in the period 2007-2017” aimed to analyze the expansion of courses distance at UFPA, with emphasis on the Degree Course in Mathematics, in the period from 2007 to 2017. It is a qualitative research with a case study. Authors such as Malanchen (2007, 2015), Giolo (2010), Machado (2006), Castro (2005, 2009), among others, contributed to the theoretical framework that supported the documentary analysis. In the final remarks, it is emphasized that the offer of distance education courses follows the neoliberal logic impregnated in the reform of the Brazilian State and in Higher Education. As a result, the research showed that Distance Education at UFPA has characteristics similar to that observed in the national scenario, with a tendency to expand access, without guarantee of permanence and with a high dropout rate, leading us to believe that this teaching modality it is still far from presenting itself as an alternative capable of promoting the democratization of higher education in the region.

Keywords: Expansion. Distance Education. Teacher Formation. Democratization.

Resumen

El artículo titulado "La expansión de los cursos de educación a distancia en la Universidad Federal de Pará, en el período 2007-2017" tuvo como objetivo analizar la expansión de los cursos de educación a distancia en la UFPA, con énfasis en el Curso de Grado en Matemáticas, en el período 2007-2017. Es una investigación cualitativa con estudio de caso. Autores como Malanchen (2007, 2015), Giolo (2010), Machado (2006), Castro (2005, 2009), entre otros, contribuyeron al marco teórico que sustentó el análisis documental. En las consideraciones finales, debe señalarse que la oferta de cursos de EaD sigue la lógica neoliberal dominada en la reforma del Estado brasileño y en la educación superior. Como resultado, la investigación mostró que el Aprendizaje a Distancia en la UFPA presenta características similares a las observadas en el escenario nacional, con tendencia a ampliar el acceso, sin garantía de permanencia y con un alto nivel de evasión, lo que nos lleva a pensar que esta modalidad de enseñanza está aún lejos de presentarse como una alternativa capaz de promover la democratización de la educación superior en la región.

Palabras clave: Expansión. Educación a Distancia. Formación del Profesorado. Democratización.





Introdução

Este artigo faz uma abordagem com ênfase em parte do resultado da pesquisa³ que investigou a expansão do Ensino a Distância – EaD, na Universidade Federal do Pará-UFGPA, e tomou como amostragem o Curso de Licenciatura Matemática.

A expansão da educação superior à distância no Brasil vem sendo traduzida predominantemente em cursos de formação de professores e tem sido norteadada pela orientação dos Organismos Internacionais, seguindo à mesma lógica do mercado de capital, pautando-se em formação técnica e operacional. Desse modo, é um processo inerente a Reforma do Estado e da educação em nosso país, com vista à formação docente sob a concepção de qualidade total que “[...] é vista numa ótica econômica, pragmática, e gerencial, enfim, numa visão meramente técnica, caracterizando uma visão bastante restrita de educação de qualidade” (CASTRO, 2009, p.22).

A democratização da educação superior vem sendo discutida, por pesquisadores e educadores comprometidos com a qualidade social na formação de professores, nas últimas décadas, não somente como oportunidades de acesso, mas, também como condição para permanecer no processo formativo e concluí-lo com êxito. Nesse sentido, temos como premissa que a democratização requer, sobretudo, objetivar a formação de professores sob a ótica da qualidade social que reconhece a educação como uma prática social e um ato político, determinada pelo tempo e pelo espaço, num contexto histórico e dinâmico.

Alinhada a essas reflexões, a investigação foi pautada na pesquisa qualitativa com estudo teórico e documental cujas fontes são oriundas da UFGPA, do Ministério da Educação-MEC, do Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira-INEP e de organismos internacionais, como o Banco Mundial-BM.

Para o presente texto, delimitamos nossas abordagens de modo a responder a seguinte pergunta: Como vem ocorrendo a expansão dos cursos EAD na UFGPA, com destaque para o Curso de Licenciatura em Matemática? E como objetivo geral analisou a expansão dos cursos no formato EaD, na UFGPA, no período 2007 a 2017, destacando a Licenciatura em Matemática.

Estruturalmente, tem-se inicialmente uma discussão teórica sobre o contexto das reformas no âmbito do Estado que vem definindo por meio de aportes legais a implantação e

³A pesquisa foi realizada em Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, na Linha de Políticas Públicas Educacionais.





expansão da EaD como alternativa, sobretudo, para o acesso aos cursos de formação de professores, com a implantação da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Num segundo item, discorreremos sobre o Procedimento Metodológico utilizado pela pesquisa como o tipo de pesquisa, o local de investigação, as fontes de informações, para em item seguinte analisarmos os dados sobre a EaD na UFPA e especificamente, no Curso de Licenciatura em Matemática.

A Expansão da Educação a Distância no Ensino Superior

As reformas de caráter neoliberal que o Estado brasileiro vem implementando desde meados dos anos 1990, interferem nas políticas de formação de professores, de modo a propagar a expansão da oferta de cursos aligeirados e de qualidade total balizada no tripé: eficácia, eficiência e produtividade através do Ensino a Distância, em Instituições de Ensino Superior – IES. Segundo Malanhen (2007):

A formação de professores, centradas no aligeiramento da formação, que privilegia a experiência em detrimento da teoria, e no uso das TIC, além da justificativa do baixo custo econômico e democratização no acesso, sinalizam para um esvaziamento da formação inicial e continuada desses profissionais, configurando um quadro no qual se valoriza a certificação em massa e não a qualificação docente. (MALANCHEN, 2007, p. 93)

Tem-se como justificativa para a expansão da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância é que esta venha a suprir uma emergencial necessidade de formação inovadora, rápida e mediada pelo uso das tecnologias, atingindo lugares diversos e distantes dando a oportunidade aos sujeitos de galgarem uma qualificação profissional em nível superior. Todavia, é necessário analisarmos cuidadosamente esta justificativa, pois Saviani (2009) enfatiza que o ensino a distância, nas condições atuais do avanço tecnológico, é utilizado como centralidade no processo educativo, quando deveria ser apenas mais um instrumento facilitador da aprendizagem. Nessa perspectiva, um processo formativo com qualidade social deve ser o objetivo dos cursos de licenciatura, que preparam professores para atuarem na Educação Básica.

De acordo com Machado (2006), uma educação superior de qualidade social perpassa pelo princípio indissociável do desenvolvimento histórico da humanidade.

Instituições de educação superior com qualidade social reconhecem e praticam o princípio de que sua finalidade é indissociável de um projeto histórico para a humanidade como um todo. Sabem que não há verdadeiro desenvolvimento institucional sem desenvolvimento humano. Trazem, como projeto, a perspectiva





transformadora e entendem que suas funções educacionais são indissociáveis de suas funções científicas, culturais e sociais (MACHADO, 2006. p 21).

Nessa perspectiva, a educação de qualidade social se constitui na prática de políticas democráticas de acesso e que garantem permanência no processo formativo e conclusão com êxito para desenvolverem a profissão de modo a considerar as dimensões técnicas, sociais e políticas. Assim, aponta para as garantias de um processo formativo de democratização das relações na educação e na sociedade em geral com retorno para o desenvolvimento social e não apenas do mercado, dado o contexto capitalista, no qual a política educacional está situada.

O acesso ao nível superior é um passo inicial para a democratização do ensino superior, mas se requer outros aspectos que contribuem para a permanência e conclusão bem sucedida num determinado curso, dentre os quais podemos citar: o financiamento para as universidades públicas, a estrutura administrativa, os modelos de gestão, os currículos, o perfil dos cursos e demais elementos que constituem o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs). Aspectos esses que incidem sobre a concepção e o processo de formação de professores, portanto, a expansão com democratização requer além da oferta de vagas em cursos, as condições necessárias para desenvolver um processo educativo com qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais - LDBEN nº 9.394/96 respalda a oferta de cursos na modalidade a distância, fato que vai se consolidar com a publicação do Decreto n.º 5.622, de 2005, que revoga o Decreto n.º 2.494/1998. Essa mesma Lei estabeleceu o prazo de dez anos (até 2007) para que todos os professores fossem habilitados em nível superior. A partir de então, os governos Municipal, Estadual e Federal buscaram parcerias com as IES, dentre as quais as universidades públicas, para a oferta de cursos de licenciatura aos docentes em exercício, que ainda não dispunham de formação específica na área em que atuavam na Educação Básica.

Em conformidade ao Artigo 87 da citada LDBEN, o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei n.º 10.172/2001) foi elaborado com a finalidade de estabelecer diretrizes e metas para a educação nacional, de modo a respaldar a expansão de Programas e ações voltados à formação de professores. Já o atual PNE (2014-2024) estabelece na meta 15 que a União, Estados e Municípios devem, no prazo de um ano, a partir da vigência da lei, estabelecer políticas de formação de professores para a educação básica, conforme previa a LDBEN. Neste sentido afirma:





[...] garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, MEC, PNE 2014-2024).

O excerto acima reitera que há necessidade de formação de professores em diferentes áreas de conhecimento para atendimento da demanda da educação básica. É nesse cenário que a EaD se constitui como uma das principais estratégias para alcançar as metas estabelecidas no PNE 2014-2024. Afirma Castro (2005) que para o governo brasileiro, esta modalidade de ensino se apresenta como uma estratégia viável para a formação de professores, sendo vista como uma possibilidade mais rápida e eficaz, além de se concretizar com vistas à redução de gastos públicos.

Com base nos dados do Censo da Educação Superior (INEP 2017), no período de 2007 a 2017, a taxa de crescimento das matrículas na modalidade EaD, no país, foi superior a 375%, ou seja, saltou de 369.766 matrículas em 2007 para 1.756.982, em 2017, sendo que deste total mais de 90% dos alunos encontram-se matriculados na rede privada de ensino, indicando que esta modalidade atende de forma expressiva aos interesses do mercado de capital, que vêem a educação como possibilidade real de aumento dos lucros (INEP, 2017).

Quanto ao grau acadêmico dos cursos de graduação à distância ofertados no país, 36,6% deles referem-se a cursos de licenciatura e 27,2% na forma de bacharelado. Com forte tendência no período para os cursos chamados tecnológicos, pois, já estão se igualando aos cursos na forma de licenciatura, com 36,2%, registrando 654% de crescimento no período em estudo (INEP, 2017).

Essa política de formação centrada em instrumentos tecnológicos, de interesse governamental atende às exigências dos organismos internacionais, com ênfase nos aspectos econômicos e são utilizadas como estratégias de certificação mercadológica.

A maneira mais rápida e eficaz de melhorar a capacidade profissional dos professores é realizar programas especiais de capacitação docente, de fácil acesso, associados a adequados esquemas de incentivos. Um bom exemplo seria um programa de educação a distância combinando com serviços de assessoria profissional, como parte de um plano de estudos que leve à obtenção de certificado profissional (CEPAL/UNESCO, 1995, p. 295).

Incentivos para a oferta de formação de professores devem ser oferecidos, no entanto, a certificação não pode ser seu aspecto mais fundante com vistas ao atendimento





mercadológico. Os programas e projetos vislumbrarão melhor qualificação ao considerarem as dimensões técnicas, políticas e humanas dos sujeitos no processo formativo, que perpassa pelo acesso, a permanência e conclusão com sucesso no curso. Para Dias Sobrinho (2010):

[...] a democratização da educação superior não se limita a ampliação de oportunidade de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens desassistido, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade seus estudos (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.226)

Desse modo, no processo de democratização da educação superior ofertar e ampliar o número de vagas não deve ser o único foco da expansão, pois necessário se faz oferecer garantias de acesso ao conhecimento científico e com isso, ter resultados exitosos.

Importante destaque para o ensino superior EaD ocorreu com a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituída em 8 de junho de 2006, pelo Decreto n. 5.800, cuja meta prioritária era materializar a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, com a oferta de vagas para a formação inicial de professores da educação básica.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB: I – oferecer prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; [...]; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; [...]. (BRASIL, MEC, Decreto 5800/2006)

O governo brasileiro reafirmou a expansão de cursos superiores com implementação da EaD como possibilidade para atendimento de uma demanda ampla da sociedade, qual seja, “[...] a necessidade de formação e capacitação de mais de um milhão de docentes para a educação básica, bem como a formação, em serviço, de um grande contingente de servidores públicos” (MALANCHEN, 2015, p. 138).

Desde então, a expansão da educação à distância no Brasil vem ocorrendo com ênfase na formação de professores e por dentro, também, das universidades públicas. Nesta direção, Giolo (2010) afirma que, inicialmente, as instituições públicas assumiram essa modalidade como estratégia para a expansão/interiorização na formação de professores, tanto na educação continuada como na graduação de professores leigos, com vista a atender às metas previstas nas atuais legislações, como LDBEN e PNE. Porém, vem assumindo a possibilidade de atender





demandas pontuais de caráter institucional, como promover o acesso à educação superior em larga escala àquelas pessoas que por motivos diversos não tem a possibilidade de ingressar em cursos superiores presenciais.

O Sistema UAB aparece com destaque no novo PNE (2014-2024). A saber, a meta 12 defende a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida, para 33% da população de 18 a 24 anos. As estratégias para alcance requerem a “[...] oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional [...]” (BRASIL, MEC, PNE 2014-2024).

Lopes e Araújo (2015, p. 2) afirmam que “[...] se antes da UAB, o Brasil contava com 59.611 matrículas na graduação EAD, em 2015 contou 1.393.752, um aumento de mais de 2000%. Sendo que deste valor 40,5% estavam em cursos de licenciatura”. Indicando assim, acentuada expansão dessa modalidade de ensino na educação superior, após a implantação da UAB.

Essa expansão desperta preocupação com os rumos que a política educacional da Educação Superior direciona para a formação de professores, pois segundo Giolo (2008), “O bom professor é aquele que vive profundamente uma experiência cultural e se apropria, sistematicamente, dela e dos meios necessários para proporcionar a outrem a mesma experiência e a mesma apropriação”. (GIOLO, 2008, p.1228). Desse modo, a formação de professores via modalidade educacional a distância poderá apresentar limitações para a formação de docentes de modo a conhecer e contribuir para aprendizagens dos alunos em sala de aula presenciais.

Os Caminhos Metodológicos da Investigação

No processo da investigação, adotamos a pesquisa com abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001), é uma investigação que valoriza o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Nesse sentido requer,

A objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar; precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos (MINAYO, 2001, p. 28).





A abordagem qualitativa possibilita, assim, refletir sobre os dados encontrados, de maneira a interpretá-los como esses se apresentam na realidade social, revelando suas diferenças e contradições.

Optou-se pelo estudo de caso, de natureza descritiva e analítica, que conforme Yin (2010), é um tipo de pesquisa utilizado em diversas situações e possibilita o entendimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Sendo o local da pesquisa a Universidade Federal do Pará – UFPA, e o curso de Matemática como amostragem.

A UFPA se caracteriza como uma das maiores e mais importantes instituições científicas do Trópico Úmido, abrigando uma comunidade universitária composta por aproximadamente 80.000 pessoas (UFPA, 2017). Destaca-se que a expansão da educação a distância na UFPA remonta ao início dos anos 90, num contexto de reformas do aparelho do Estado e da educação superior, que vem estimulando as universidades a buscarem alternativas para garantir sua sustentabilidade econômica e social.

Segundo Silva (2019), conforme informações extraídas do Relatório de Gestão da UFPA/2017 e do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2016-2025), a UFPA, por meio de seus cursos, faz-se presente em, aproximadamente. 69 municípios, dos 145 que compõem o estado do Pará.

Devido a toda sua abrangência, em termos de polos e *Campi*, número de servidores e alunos, podemos caracterizá-la como a maior universidade pública do norte do país. Para cumprir seu papel social na oferta de ensino superior, oferece 535 cursos de Graduação, 68 cursos de Mestrado, 37 cursos de Doutorado, além de 45 cursos de Especialização (SIGAA, 2018 apud Silva 2019).

Para Leite et al (2010), interiorizar o ensino superior pelo Estado caracterizou-se como um grande desafio, em especial, por este se apresentar como sendo o segundo maior estado do Brasil em área, por estar situado em uma região (região amazônica) que apresenta dificuldade de acesso entre as localidades e por possuir uma grande diversidade geográfica e cultural.

Além disso, o estado do Pará apresenta distâncias “continentais”, possuindo em algumas regiões os rios como única forma de acesso a alguns municípios, e uma grande carência de infraestrutura de comunicação, transportes e de mão-de-obra qualificada em quase todos os setores.

Para Freitas et al (2009), as características particulares das regiões faziam com que a Educação a Distância se apresentasse como uma alternativa viável para que a universidade





pública pudesse aumentar sua abrangência, expandindo as possibilidades de formação de profissionais qualificados em diversos setores.

Segundo Eliasquevicie Fonseca (2009), a UFPA foi uma das primeiras universidades no Brasil a se credenciar junto ao Ministério da Educação para oferta de cursos de graduação na modalidade EaD. Isso ocorreu por meio do Parecer CES/CNE nº 670/98, que possibilitou o credenciamento para ofertar o curso de Matemática no formato a distância, nos termos do artigo 80, da Lei 9394, de 20/12/96. Ainda segundo estas autoras, no ano de 1999, reconhecendo o potencial estratégico dessa modalidade de ensino para a Universidade, foi aprovado, por meio da Resolução nº 2.694 de 5/11/99, o Programa de Educação a Distância na UFPA, inicialmente subordinado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG).

Foi a partir da elaboração e aprovação do Estatuto e Regimento Geral da UFPA, aprovados no ano de 2006, que a EaD passa a ser organizada e gerenciada pela "Assessoria de Educação a Distância (AEDI), com estrutura administrativa, específica". (ELIASQUEVICI e FONSECA, 2009, p. 31-33).

Neste percurso metodológico, enfatizamos a delimitação temporal para a investigação, a iniciar no ano de 2007, um ano após a regulamentação do Decreto que instituiu a UAB, criada pelo Ministério da Educação em 2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, e segue até o ano de 2017, quando se tem uma década de Universidade Aberta na UFPA.

Como instrumento de coleta de informações, realizamos estudo documental, que segundo Triviños (1987), é um tipo de estudo descritivo que oferece ao investigador a possibilidade de reunir uma quantidade significativa de informações advindas de documentos como leis, processos, decretos, resoluções, dentre os quais citamos: O Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024, os Decretos que institucionaliza a UAB – Decreto nº 5.622 de 19/12/2005 e Decreto n.º 5.800 de 08/06/2006, bem como os instrumentos que regulamentam a EaD na UFPA e os relatórios do Sistema de Gerenciamento de Administração Acadêmica-SIGAA (2018).

Para subsidiar as análises dos dados e construirmos a fundamentação teórica, foi realizado, inicialmente, levantamento bibliográfico e seleção de obras e autores que versavam sobre o objeto de estudo e suas categorias de análise, dentre os quais citamos: Malanchen (2007, 2015), Giolo (2010), Machado (2006), Castro (2005, 2009).





A Expansão dos Cursos de Graduação EaD, na UFPA: a Formação de Professores em Matemática, em Destaque

No contexto de crises econômicas, de reformas do aparelho do Estado e de consolidação das políticas neoliberais sob orientações dos organismos internacionais, a UFPA inicia, em 1992, os primeiros debates a respeito da utilização da modalidade EaD como “[...] forma de ampliar o acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade nesta Universidade” (ELIASQUEVICI e FONSECA, 2009, p. 30).

Na primeira metade da década de 2000, com a implantação da UAB, se ampliam as ofertas de cursos de graduação EaD, sobretudo para a formação de professores como já vinha acontecendo em âmbito nacional. Silva (2019) destaca que mais de 75 % dos egressos desses são oriundos de cursos de formação de professores (licenciaturas), indicando que o governo por meio das universidades públicas vem expandindo a oferta nessa modalidade de ensino.

Essa observação nos permite considerar que embora estes cursos gerem acesso ao nível superior, não significa que estão contribuindo efetivamente com o desenvolvimento social dos sujeitos e que essa expansão possa ser caracterizada como um processo de democratização da educação superior. Principalmente, quando nos propomos a fazer uma análise que leve em consideração a qualidade social da educação ou, conforme enfatiza Belloni (2003), que seja comprometida com a formação do estudante com vistas à emancipação humana e social e que tenha por objetivo a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia.

Em levantamento realizado na Secretaria Executiva do Núcleo de Educação a Distância da UFPA, detectou-se que atualmente há 29 polos ativos de apoio presencial nos municípios do Estado do Pará e ofertam 6 cursos de graduação na modalidade à distância, sendo um sob a forma de bacharelado e 5 licenciaturas, quais sejam: Curso de bacharelado em Gestão Pública, curso de Licenciatura em Letras, Licenciatura em Biologia, licenciatura em Matemática, licenciatura em Física e Licenciatura em Química, ou seja, 80% dos cursos EaD na UFPA visam à formação de professores (SILVA, 2019).

Num comparativo do quantitativo de cursos de graduação presencial e no formato EaD, a pesquisa detectou que a predominância é de cursos presenciais. Os estudos realizados por Silva (2019) mostram que a modalidade EaD dispõe apenas de 06 cursos em atividade, enquanto que a modalidade presencial registra 88 cursos expressando que 6,8% dos cursos da UFPA são ofertados via EaD. Diferença também significativa é registrada quando se compara





os números de matrículas ativas na instituição, enquanto os cursos de graduação na modalidade presencial registram 67.208 alunos, a modalidade EaD registra 1.783 alunos matriculados, correspondendo a 2.6% do total de alunos.

Verifica-se ainda que a oferta de vagas em cursos superior na modalidade em tela apresenta uma tendência de crescimento que está em consonância com o que vem ocorrendo no cenário nacional. Pois, “[...] no período de 2007 a 2017, verificou-se um crescimento na oferta de vagas na ordem de 90%, o qual saltou, respectivamente, de 440 para 840 vagas ofertadas” (SILVA, 2019).

Ao analisar a situação dos alunos com matrículas ativas em cursos de graduação EaD, foi possível verificar que o percentual do número de alunos nessa modalidade corresponde somente a 2,6% do total de alunos de graduação no âmbito geral da UFPA, ficando abaixo da média nacional registrada no ano de 2017, que é superior a 21% (SILVA, 2019). Desse modo, podemos considerar que a EaD na UFPA, embora apresente-se como um processo em expansão, é ofertada de forma “tímida” em relação ao ensino de graduação no universo total da UFPA.

No que se refere ao curso de Licenciatura em Matemática, o estudo observou que foi o curso com maior oferta de vagas entre os demais na modalidade EaD na UFPA. Foram ofertados, aproximadamente, 30% do total das vagas.

No período de análise desta pesquisa (2007 a 2017), no curso de Licenciatura em Matemática, na modalidade EaD, matricularam-se 980 alunos; desses, constataram-se que: 309 concluíram o curso, 360 tiveram matrículas canceladas e 311 ainda permanecem com matrícula ativa no sistema de administração acadêmica da UFPA (SIGAA, 2018 apud Silva, 2019).

Esses dados nos possibilitaram fazer algumas observações: iniciamos pelo percentual de conclusão do curso, que, excetuando as matrículas que ocorreram no ano de 2017, haja vista não estarem em tempo para conclusão do curso, percebe-se que de um total de 820 alunos, 309 (38%) alunos concluíram o curso, 357 (43%) por razões diversas não concluíram e tiveram suas matrículas canceladas e 154 (19%) ainda se encontram com matrículas ativas no sistema.

Sobre os alunos com matrículas ativas, ressalta-se que estes ainda podem retornar e concluir o curso, porém, como a última turma data do ano de 2013, esta está no limite para a perda de vínculo institucional por decurso do prazo para conclusão, conforme estabelecido





pelo atual Regulamento de Graduação da UFPA e previsto no Projeto Pedagógico do Curso, que estabelece um prazo máximo de 06 anos para conclusão.

Deste modo, pode-se constatar que a taxa geral de conclusão do curso, no período em análise, foi de 38%, enquanto a taxa de alunos que tiveram matrícula cancelada é bem superior, chegou a 43%. Ressalta-se que ainda há, aproximadamente, 19% que está com matrícula ativa no sistema, mas, devido a fatores intrapessoais, como os apontados por Martins et al. (2013) que perpassam por não atendimento das expectativas do aluno, bem como à falta de disponibilidade para estudar, é provável que estes não concluam seus cursos e percam o vínculo institucional, o que poderá elevar ainda mais a taxa de matrículas canceladas, chegando a 62%, percentual bastante expressivo.

Ao relacionarmos o índice de evasão encontrado na Licenciatura em Matemática EaD da UFPA com outros estudos, como, por exemplo, a investigação de Comarella (2009), que analisou o caso da evasão nos cursos a distância oferecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSC), pode-se dizer que o caso de evasão da UFPA é alarmante. Isto porque o referido estudo apresentou que, em 2007, foram oferecidas 2.370 vagas em cursos de graduação pela UAB, das quais 7% (166) não foram preenchidas. Dos 2.204 estudantes que realizaram a matrícula, 4,63% nunca acessaram a plataforma virtual, ou seja, evadiram antes do início das aulas e 24,23% iniciaram o curso e deixaram de realizar as atividades em algum momento nos primeiros quatro meses, totalizando um índice geral de evasão de 28,86%. (COMARELA, 2009, p.92)

Em outro estudo, realizado por Fávero (2006), que compara a taxa de evasão dos cursos oferecidos totalmente à distância com outros da modalidade semipresencial, apontam que os cursos totalmente a distância têm maior evasão (30%) em relação aos cursos semipresenciais (8%).

Tratando-se da evasão em cursos totalmente presenciais, Adachi (2009) analisou a taxa de evasão dos cursos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2000 e 2007. Os resultados encontrados apontaram um índice de 17,6% de evadidos nos cursos de Ciências Exatas, sendo o curso de Matemática um dos que apresentaram os maiores índices de abandono.

Os estudos apontados acima indicam taxa consideravelmente inferiores (cerca de um terço) de evasão, quando comparado com o detectado em nossa pesquisa - a taxa de evasão encontrada na Licenciatura em Matemática da UFPA é consideravelmente maior,





aproximando-se a 62%. Deste modo, surge a necessidade de se refletir e buscar as causas que justificam esses resultados.

Com base nas reflexões dos autores e pautado nos princípios que nortearam nossa visão sobre o processo de formação com qualidade social, detectou-se que a educação na modalidade a distância no âmbito da UFPA não expressa um processo de democratização do ensino superior, pois os dados mostram que não há garantia de pelo menos dois dos preceitos fundamentais para que se considere um processo democratizante: a permanência do aluno no processo formativo e a garantia de desempenho satisfatório para conclusão do curso.

De modo geral, se o propósito da política expansionista da EaD, no âmbito da UFPA, é para facilitar a formação daqueles que de outra forma não têm acesso ao nível superior de escolarização, vimos que os resultados demonstram situação bem contraditória, pois embora a UFPA esteja se utilizando dos recursos da modalidade de ensino a distância para promover o acesso ao ensino superior, está distante de um processo democratizante, pois este perpassa pelo acesso, permanência e conclusão com qualidade social. Trata-se, portanto, de “[...] uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social” (OLIVEIRA; ARAUJO, 2009, p. 17).

Observa-se a pouca efetividade dessa modalidade de ensino na UFPA, evidenciando que há desafios que precisam ser identificados e superados, de forma a diminuir a taxa de evasão e elevar o índice de conclusão. De outra forma, questiona-se se a oferta de cursos de formação de professores é uma alternativa viável nesta instituição pública de ensino superior.

Considerações Finais

A modalidade EaD, na educação superior, caracteriza-se como estratégia política para elevar os índices educacionais do país, sobretudo no que se refere à formação e qualificação de professores da educação básica, com objetivos de atender metas institucionais preconizadas nas estratégias do PNE 2014/2024.

Desse modo, por meio dos dados e considerando o processo de qualidade na educação como sendo um processo pautado nas dimensões sociais e humanísticas, ou ainda que o direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica, chega-se à conclusão de que a política de educação superior via EaD está voltada prioritariamente ao indivíduo e a seus interesses exclusivos, dotando-o de conhecimentos e técnicas úteis para





atendimento às suas necessidades imediatas para atender as demandas do mercado, sob a lógica de que esse mecanismo é o mais importante a sua ascensão social e progresso de um país. Neste caso, a qualidade estará determinada por significados operacionais e instrumentais, muito mais que sociais.

Os cursos na modalidade EAD estão servindo basicamente aos interesses e necessidades do capital, perspectiva esta que nega o direito à educação como um bem público, democrático, de qualidade social e universal, passando a se materializar em prol da acumulação capitalista que mercantiliza todas as coisas e afasta do ideário social, a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade democrática mais justa e igualitária.

Em âmbito nacional, a análise realizada ao longo deste trabalho, demonstra que, os princípios da reforma do Estado se deram sob influência dos organismos internacionais, procurando adequar a educação às demandas do mercado, por meio de estratégias que visam aproximar as instituições de ensino superior aos interesses hegemônicos de manutenção das condições de acumulação de capital.

No que tange a situação da EaD na UFPA, é possível afirmar que sua configuração não está distante da observada no cenário nacional. O estudo demonstra o desenvolvimento de políticas institucionais que culminam para a ampliação do acesso, com forte tendência à abertura de novas vagas ao ensino superior, sobretudo a partir da adesão à Universidade Aberta do Brasil (UAB). Porém, os números dessa modalidade ainda são pouco representativos quando comparados à modalidade presencial, levando-nos a acreditar que a EaD ainda está distante de se apresentar como modalidade de ensino capaz de promover a democratização do ensino superior na região.

Em se tratando de expansão com democratização que envolve o acesso, permanência e conclusão com qualidade, pode-se dizer que, tomando como referência o curso de Licenciatura em Matemática, a EaD ainda está distante de se tornar uma realidade eficaz na UFPA.

Observou-se a alta taxa de evasão no curso em análise. Em que mais de 50% dos alunos que ingressam no curso de Matemática não conseguem concluí-lo, demonstrando que não está se garantindo aos alunos os direitos de permanência e finalização com êxito de seus cursos. Em outras palavras, há uma necessidade de ir além da política de oferta de vagas.

De acordo, ainda, com os dados, podemos considerar que a UFPA acompanha as orientações instituídas pelo Estado quanto às políticas de implantação de cursos e programas de ensino que se utilizam dos recursos da tecnologia da informação e comunicação (TIC), e





este, por sua vez, segundo Silva (2019), segue as orientações impostas pelos organismos internacionais. Entretanto, continua apresentando como identidade os cursos na modalidade presencial e, portanto, aderir à modalidade EaD como estratégia de expansão do ensino superior na região, não se configura como a melhor opção, pois, além da necessidade de fortalecimento da estrutura organizacional que o desenvolvimento dessa modalidade implica (MOORE e KEARSLEY, 2008), há de se pensar na organização pedagógica e política da prática educativa, além das condições materiais dos educandos para permanecerem no curso e obterem formação com qualidade.

Deste modo, para que de fato possamos ter a garantia da democratização da educação superior no âmbito da UFPA, necessário se faz que, juntamente com a ampliação do acesso, estabeleçam-se outras políticas públicas que possam garantir ao aluno a permanência e o êxito acadêmico até a conclusão de seu curso.

Referências

- ADACHI, A. A. C. T. Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Leis ordinárias*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acessado em: 01 ago. 2018
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acessado em 20 de set. 2018.
- _____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em: 25 de ago. 2018.
- _____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172. Acessado em: 01 ago. 2018.
- _____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. Decreto nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.





- _____. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2016: Brasília: INEP, 2017.
- BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação contemporânea).
- CEPAL/UNESCO. Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília: IPEA/INEP, 1995.
- CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Política de educação à distância: uma estratégia de formação continuada de professores/ Alda Maria Duarte Araújo Castro. Natal, RN: EDUFRN-Editora da UFRN, 2005.
- _____. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Orgs). Política educacional: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Liber livro, 2009.
- COMARELLA, R. L. Educação superior a distância: evasão discente. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ELIASQUEVICI, M. K e FONSECA, N. A. Educação a Distância: orientações para o início de um percurso. Belém: UFPA, 2009.
- FAVERO, R. V. M. Dialogar ou evadir: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a Distância. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- FREITAS, Luiz Carlos; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes. Avaliação Educacional: caminhando na contramão. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- GIOLO, Jaime. A Educação a Distância e a Formação de Professores. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em: www.cepes.unicamp.br . Acessado em 20 de outubro 2018
- GIOLLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. Educação e sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out.-dez. 2010. Disponível em: www.cepes.unicamp.br . Acessado em 20 de outubro 2018
- LEITE, Selma e FORTE, M. C. M. (Org) Educação a Distância: Alternativa para a construção da cidadania. Belém: UFPA, 2010.





- LOPES, Pedro Isaac Ximenes e ARAÚJO, Naelly Carla Medeiros. Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB): análise da expansão da educação superior a distância em instituições públicas no Brasil. Natal: UFRN, 2015.
- MACHADO, L. R. S. Instituições de Educação Superior com Qualidade Social. In: Irene Jeanete Lemos Gilberto. (Org.). Universidade em Tempos de Desafio. (pp. 11-27). Santos: Editora Universitária. Leopoldianum, 2006.
- MALANCHEN, Júlia. Políticas de educação a distância: democratização ou canto da sereia? *HISTEDBR On-line*, 26, 209-216, 2007. Disponível em <<http://gepeto.ced.ufsc.br/politicas-de-educacao-a-distancia-democratizacao-ou-canto-da-sereia/>>. Acessado em 20 Maio 2019.
- _____. Políticas de formação de professores a distância no Brasil: uma análise crítica. Autores Associados: Campinas, 2015.
- MARTINS, R. X.; SANTOS, T. L. P.; FRAUDE, E. G.; SERAFIM, L. B. Por que eles desistem? Estudo sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância. In: Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Belém/PA, 2013.
- MOORE, Michael; KEARSLEY. Educação Distância: uma visão integrada. Tradução. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Rev. Bras. Educ.* no.28 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br> .Acesso em: 18 de junho 2019.
- SILVA, Eliomar Nascimento. A Expansão dos cursos na modalidade a distância e a formação inicial de professores em Matemática da UFPA: democratização com qualidade social? (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2019.
- TRIVINOS, A. N. S. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró- Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Relatório de Gestão da UFPA 2017. Belém: UFPA, 2016.
- _____. Sistema de Informação e Administração Acadêmica (SIGAA). Relatórios acadêmicos 2007 a 2017. Acessado em 20 de novembro de 2018.
- _____. Pró- Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Belém: UFPA, 2014.

Received: 02.16.2024

Accepted: 03.01.2024

